



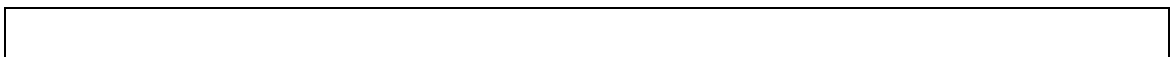
Paulo M. A. Martins
Jornalista

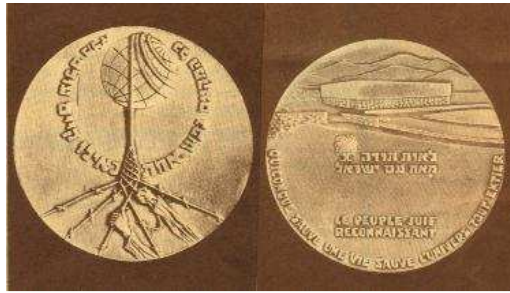


Aristides de Sousa Mendes

Património da HUMANIDADE

“Quem salva uma vida humana é como se salvasse um mundo inteiro.”





*"Que dizer deste **HOMEM** que,
sozinho, contra tudo e contra todos,
realizou a maior operação de salvamento
da História do Holocausto ?
Responda quem quiser. E souber.
Pessoalmente,
confino-me ao mais respeitoso silêncio!..."*

Yehuda Bauer
*Historiador e perito da
História do Holocausto*

Um País sem memória é um país sem futuro!



1948 * 2008

Direitos Humanos

Só, contra todos...



Aristides de Sousa Mendes

"O Desobediente de Bordéus"

Uma vida para salvar tantas outras...

PALESTRA

Paulo M. A. Martins
Jornalista

FUNDAÇÃO ARISTIDES DE SOUSA MENDES

MENSAGEM

A Fundação Aristides de Sousa Mendes, na pessoa dos membros do seu Conselho de Administração e dos descendentes saúda respeitosamente todos os presentes nesta conferência, nomeadamente o Senhor Cônsul Honorário de Portugal, Dr. Francisco Neto Brandão, e o Instituto do Ceará a quem agradece todo o apoio dado para a realização desta Conferência.

A Fundação agradece ainda o honroso convite que lhe foi dirigido para enviar uma mensagem no âmbito desta conferência que será proferida pelo ilustre jornalista Dr. Paulo M. A. Martins, grande amigo da causa de Aristides de Sousa Mendes.

É de facto muito importante falar de Aristides de Sousa Mendes numa altura em que o mundo manifestamente precisa de exemplos de amor ao próximo e de coragem, para poder continuar a avançar nesta caminhada que é a da Humanidade.

Hoje aparecem ainda em Portugal algumas pessoas que assumiram cargos durante o Estado Novo e que durante décadas ignoraram completamente a própria existência do Cônsul Sousa Mendes. Essas pessoas tentam desacreditar e lançar a confusão juntamente com os movimentos de extrema-direita. É por isso que é muitíssimo importante que se organizem conferências como esta para que a verdade se divulgue e o exemplo de pessoas corajosas como Aristides de Sousa Mendes possa inspirar livremente as nossas vidas.

Aristides de Sousa Mendes tem uma ligação histórica e afectiva com o Brasil que nunca será esquecida.

De facto, o Cônsul foi nomeado para exercer funções como Cônsul de 1^a. classe em Curitiba a 13 de Fevereiro de 1918. Aristides de Sousa Mendes vinha do Consulado de Zanzibar com a mulher Angelina e seus 7 filhos onde tinham vivido entre 1911 e essa data. Vir para o Brasil foi o culminar de um grande sonho premiado com o nascimento de mais uma filha. Elisa Joana, a filha que nos anos 50 e 60, emigrada nos Estados Unidos tanto fez junto das autoridades do jovem estado judeu para que o Pai

viesses a ser reconhecido como «Justo entre as Nações». Foi de facto ela quem primeiro escreveu a David Ben Gurion contando-lhe a história do Pai.

A 2 de Abril de 1924, depois de uma estadia na América do Norte o Cônsul volta para o Brasil. Desta vez Maranhão e Porto Alegre. Mais uma filha - Teresinha do Menino Jesus.

Não esqueçamos que o irmão gémeo de Aristides, César também esteve no Rio de Janeiro como Encarregado de Negócios em 1919 - 20. Aí, os dois irmãos evocaram a memória de um antepassado colateral que também serviu no Brasil como Secretário Pessoal de D. João VI, José Egídio Álvares Aranha.

Nos postos onde esteve como Cônsul, Aristides de Sousa Mendes serviu sempre a Comunidade Portuguesa com a maior dedicação, pondo-se sempre do lado dos mais fracos o que algumas vezes lhe terá valido reparos de certos sectores. Foi sempre um Homem de grande coração, tanto para com os seus compatriotas como para com aqueles que foram perseguidos durante séculos e que em 1940, em França, lhe vieram bater à porta.

Nestes últimos anos, Portugal e o Brasil têm aprofundado o conhecimento dos seus heróis humanitários que com a sua coragem e força nos dão esperança para o Futuro.

Se Portugal teve Aristides de Sousa Mendes que se rebelou contra os seus superiores hierárquicos para poder agir dignamente honrando a espécie Humana, o Brasil teve os seus Heróis de Consciência à altura. Mencionaremos apenas o Cônsul Sousa Dantas que também em França passou uma enorme quantidade de vistos a refugiados judeus e outros para o Brasil, ao mesmo tempo que Aristides de Sousa Mendes. Ainda há pouco tempo, o Museu da Herança Judaica em Nova Iorque exibia passaportes onde figuravam as assinaturas salvadoras de Aristides de Sousa Mendes e de Sousa Dantas, lado a lado.

Portugal e o Brasil, através destes Senhores têm uma grande lição de Direitos Humanos a dar ao Mundo, devendo começá-la nos seus próprios países. Ao falar de Direitos Humanos, falamos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e necessariamente mencionamos outro grande brasileiro: Austregésilo de Athayde cuja Memória saudamos com o maior respeito.

Antes de terminar esta curta mensagem temos de mencionar o nosso reconhecimento à Câmara Municipal do Rio de Janeiro pela atribuição a Aristides de Sousa Mendes da Medalha de Direitos Humanos «Pedro Ernesto». O Centro Comunitário «Hebraica» em S. Paulo também em 2002 prestou uma digna homenagem à memória de Aristides de Sousa Mendes, descerrando-lhe um busto. Aí esteve presente a digna Presidente desta Fundação, a Dra. Maria de Jesus Barroso e o neto Álvaro de Sousa Mendes.

Estamos certos que esta Conferência proferida pelo ilustre jornalista Dr. Paulo M. A. Martins fará com que Aristides de Sousa Mendes seja mais conhecido no Brasil e em Portugal. Muitos jovens quererão saber mais sobre ele e sobre Sousa Dantas e porque razão Homens como eles preferiram incompatibilizar-se com os superiores hierárquicos para servirem uma causa Maior - a de Deus e da Humanidade!

Lisboa (Portugal), 17.Outubro.2008

BOA CONFERÊNCIA!

Álvaro de Sousa Mendes

António de Moncada de Sousa Mendes

**Senhor Presidente do Instituto Histórico do Ceará,
Dr. José Augusto Bezerra,**

**Senhor Cônsul Honorário de Portugal em Fortaleza,
Dr. Francisco Brandão,**

.....

Dra. Maria Clélia Lustosa Costa,

**Minhas Senhoras,
Meus Senhores,**

Um grande poeta português disse que há pessoas que não são deste mundo, mas que este mundo seria mais pequeno se elas não passassem por cá...

Aristides de Sousa Mendes, precisamente, foi uma dessas pessoas.

Com uma grande simplicidade, desobedecendo às ordens injustas do governo que servia, escutando apenas a sua consciência de ser humano solidário com os outros seres humanos em risco e em sofrimento, levou, com a sua acção, o amor onde havia a intolerância e o ódio - salvou trinta mil pessoas do horror dos campos de concentração nazis!

De facto, o mundo teria ficado mais pequeno e mais pobre se ele não tivesse passado por cá...

Daí, a importância de eu me propor levar ao conhecimento de todos o seu nome e, sobretudo, a sua acção.

Ele, *Aristides de Sousa Mendes*, ao longo da minha intervenção, ser-vos-á apontado como uma referência a inspirar comportamentos e gestos, e procurar demonstrar a importância da SOLIDARIEDADE HUMANA!

Mas, é imperativo, também, que, de viva voz, vos afirme que Heróis não são apenas os que lutam nos campos de batalha ou que vivem aventuras empolgantes.

Herói é, também, o homem que, correndo contra o tempo, assina vistos de trânsito a milhares de judeus em fuga - numa França ocupada por alemães, contra a ordem expressa do ditador António de Oliveira Salazar, Presidente do Conselho de Ministros e Ministro dos Negócios Estrangeiros, de Portugal, mesmo sabendo que seria alto o preço a pagar por essa desobediência...

Nos períodos negros da história em que há guerra, perseguição e assassinio de pessoas, grupos ou raças, somos confrontados com os valores morais que nos são ensinados no dia a dia, mas que nem sempre conseguimos fazê-los valer. Poucos conseguem aderir às decisões de coragem e de risco em momentos de flagelo da humanidade.

Aristides de Sousa Mendes é um desses personagens da história que surgiram para sacrificar a sua vida pessoal em nome de milhares de vítimas da perseguição e da intolerância humana. Deve-se a este português a sobrevivência de milhares de judeus durante a perseguição nazista deflagrada na Segunda Guerra Mundial.

Aristides de Sousa Mendes é uma figura marcante da modernidade: ao conforto da sua vida pessoal e familiar, ao sucesso da sua carreira diplomática contrapôs a defesa dos valores da solidariedade, do respeito pela diferença e, sobretudo, os valores impostos pela sua consciência de cidadão.

Assim, hoje, evocar e homenagear ***Aristides de Sousa Mendes, aqui e agora***, é procurar seguir um exemplo.

Por imperativo de consciência e militância na Defesa dos Direitos Humanos, devo, pois, afirmar, junto de todos vós e das gerações mais jovens, a relevância deste exemplo de vida e de serviço feito MISSÃO.

Hoje, ser-se cidadão livre e responsável, é tomar consciência de quem precisa de solidariedade e quem necessita de apoio e respeito.

O valor da dignidade humana tem de ser, assim, realçado contra a indiferença e o egoísmo.

Aristides de Sousa Mendes, mais do que um ***Humanista***, por excelência, é, também, pelo seu sacrifício, pelos seus feitos, **PATRIMÓNIO DA HUMANIDADE!**

Aristides de Sousa Mendes

Nota Biográfica

Aristides de Sousa Mendes nasceu a 19 de Julho de 1885, em Cabanas de Viriato, distrito de Viseu e era filho do Juiz José de Sousa Mendes e de Maria Angelina Ribeiro de Abranches.

Teve um irmão gémeo de nome César, que, tal como ele, se licenciou em Direito pela Universidade de Coimbra, tendo ambos seguido a carreira diplomática. Quando da posse do Dr. António de Oliveira Salazar, como Presidente do Conselho de Ministros, seu irmão César foi nomeado e investido nas funções de Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Casou-se com a sua prima direita Maria Angelina Coelho de Sousa Mendes de quem viria a ter 14 filhos.

Como Cônsul de 2^a. Classe exerceu funções na Guiana Inglesa, Galiza, Zanzibar, Curitiba e em S. Francisco da Califórnia, Maranhão, Vigo e Antuérpia como Cônsul de 1^a. Classe. Nomeado para exercer funções como Cônsul-Geral em Bordéus, em 1939, pouco antes do início da 2^a. Grande Guerra, Aristides de Sousa Mendes viu-se confrontado com um problema de consciência:

- Por um lado, a afluência de milhares de refugiados que, com a invasão da França pelas tropas alemãs, afluíram a Bordéus na esperança de conseguir um visto para a Liberdade (Américas do Norte e do Sul, principalmente);
- Por outro lado, as ordens recebidas, do seu próprio Governo, (Circular 14) que o impediam de passar vistos à maior parte dos refugiados, nomeadamente judeus, exilados políticos e cidadãos provenientes de países do Leste Europeu, sob pena de vir a ser castigado.

Perante esse dilema, Aristides de Sousa Mendes optou por obedecer à sua consciência e desse modo, contrariando ordens, decidiu passar vistos para a liberdade a todos que o solicitassem, independentemente da sua religião, raça ou credo político.

O seu gesto, para além de afectar os seus filhos, que se viram obrigados a emigrar, valeu-lhe a instauração de um processo disciplinar que na prática teve como resultado final a expulsão da carreira diplomática, apesar de no despacho de punição, datado de Outubro de 1940, constar que o mesmo deveria ficar na situação de inactividade com direito a metade do vencimento da categoria, durante um ano, findo o qual deveria ser aposentado.

Ora, nem mesmo essa situação lhe foi concedida, conforme se pode verificar no Anuário Diplomático de 1954 (ano da sua morte), onde consta que o mesmo se encontrava naquela data a aguardar passagem à situação de reforma. Aristides de Sousa Mendes faleceu desonrado e ignorado até pelos seus amigos e na situação de miséria, em 3 de Abril de 1954, no Hospital da Ordem Terceira de S. Francisco, em Lisboa.

O seu gesto só foi relatado e enaltecido depois de 25 de Abril de 1974, principalmente pela imprensa, sendo reabilitado, reintegrado na carreira diplomática e promovido a Embaixador, pela Assembleia da República, através de unânime, em 1988 (sob proposta de vários deputados entre os quais os Drs. Jaime Gama e Jorge Sampaio), portanto, catorze anos depois da instauração do regime democrático em Portugal.

Depois disso, muitas homenagens lhe foram feitas em Portugal e no estrangeiro. Sem esquecer o valor e significado de muitas outras, são de realçar as condecorações que lhe foram conferidas pelo então Presidente da República, Dr. Mário Soares:

- A ***Ordem da Liberdade***, que lhe foi atribuída, em 1987, a título póstumo, na Embaixada de Portugal em Washington;
- A ***Grã Cruz da Ordem de Cristo***, a mais alta condecoração portuguesa, que, em 1995, lhe foi atribuída por ocasião da ***Homenagem Nacional a Aristides de Sousa Mendes***.

Também, em 1994, a cidade de Bordéus, França, dedica-lhe um busto ao lado do Soldado Desconhecido, na “*Promenade Charles de Gaulle*”.

Em 1998, o Parlamento Europeu presta-lhe homenagem em Estrasburgo.

De modo a melhor divulgar o gesto de Aristides de Sousa Mendes, no ano de 2000, foi decidido pela sua família, com o apoio de várias entidades, criar a ***Fundação Aristides de Sousa Mendes*** que tem como objectivo a divulgação e a defesa dos Direitos Humanos, tomando como referência, na escolha das iniciativas e nas dos seus destinatários, a acção da personalidade que inspira a sua criação e lhe dá nome: ***um diplomata português que salvou vidas sacrificando interesses pessoais, numa acção humanitária corajosa, firme e continuada; que sofreu abnegadamente a perseguição sistemática dos poderes instituídos até ao fim da sua vida sem negar o seu gesto solidário.***

Esta, tem como prioridade, a recuperação da Casa do Passal (que pertenceu a Aristides de Sousa Mendes), em Cabanas de Viriato,

concelho de Carregal do Sal, a fim de nela se instalar a Casa-Museu, Centro de Exposições, Biblioteca e Arquivo. Para além de vir a ser, também, a sede da Instituição.

Apesar de algumas biografias apontarem para uma suposta raiz judaica, tomando-o por cristão novo, *Aristides de Sousa Mendes* era cristão na mais antiga da sua genealogia.

Um cristão velho ao serviço da HUMANIDADE!

“*O Desobediente de Bordéus*” é, hoje, um exemplo vivo de que a obediência cega não é, nem pode ser, um dever absoluto.

Uma vida que não pode ser esquecida...

Aristides de Sousa Mendes foi nomeado Cônsul-Geral de Portugal em Bordéus, em Agosto de 1938, pouco tempo antes de deflagrar a II Guerra Mundial.

Com a invasão de França pelas tropas alemãs, em Junho de 1940, dezenas de milhares de refugiados se deslocaram para Bordéus, na esperança de aí obterem um visto diplomático que lhes permitisse alcançar um país onde pudessem estar a salvo dos campos de concentração nazis. Mas os países neutrais evitavam qualquer

fonte de conflito com a Alemanha e, por isso, todos os consulados encerraram portas.

No caso português, Salazar enviou mesmo uma circular a todos os agentes diplomáticos, determinando a proibição expressa de concessão de vistos a quaisquer refugiados judeus, exilados políticos e cidadãos provenientes dos países de Leste.

Aristides de Sousa Mendes concedeu ainda algumas dezenas de vistos, contrariando instruções expressas do seu Governo, e talvez por isso uma multidão incontável de refugiados começou a formar-se junto do consulado português. O visto de entrada em Portugal passou a ser a única esperança para aquelas pessoas.

Aristides de Sousa Mendes viveu, então, um dilema terrível: se concedesse esses vistos, arriscava a carreira e o sustento da sua numerosa família; se não o fizesse, todos aqueles milhares de pessoas teriam como destino inevitável os campos de concentração nazis.

Na manhã de 17 de Junho de 1940 abriu as portas do Consulado de Portugal em Bordéus e fez saber que Portugal concedia vistos a todos aqueles que os solicitassem, independentemente da raça, do género, credo religioso, condição económica ou qualquer outra circunstância.

Trabalhou 3 dias e 3 noites sucessivas, apoiado por sua esposa **Dona Maria Angelina e dois dos seus filhos**, em circunstâncias dramáticas, perante o avanço das colunas militares alemãs, passando cerca de 30 000 vistos.

Terminada esta saga, cumpriu a ordem de regresso imediato a Portugal, tendo prestado auxílio a refugiados, das mais díspares condições, que, em Portugal, o procuraram na sua residência em Cabanas de Viriato.

Alvo de processo disciplinar, foi expulso da carreira diplomática e vítima de uma perseguição persistente por parte do poder instituído. A sua situação económica degradou-se, os seus filhos viram-se forçados a emigrar para os Estados Unidos da América e Canadá.

Aristides de Sousa Mendes morreu na miséria, porque, segundo afirmou, “***Prefiro estar antes com Deus contra os Homens do que com os Homens contra Deus***”.

No âmago da II Guerra Mundial

Em 1933 Hitler sobe ao poder na Alemanha. Com a ascensão nazista, começa a perseguição aos judeus.

Em 1938, com o apoio do povo austríaco, a Áustria é anexada à Alemanha.

Dando continuidade à expansão germânica, em Setembro de 1939, Hitler invade a Polónia. Em represália a Grã-Bretanha e a França declaram guerra à Alemanha.

Está deflagrada a II Guerra Mundial!

Em 1940 a Bélgica, a Holanda e a França são invadidas, iniciando o cerco ao povo judeu em todos os estes países sucumbidos. O êxodo de judeus, ciganos e outras minorias, acontece pelas estradas desses países. Em vôos rasantes, caças nazis metralham as estradas onde se encontravam os grupos de fugitivos.

Acosados pela perseguição alemã, restam apenas dois países da Europa Ocidental para onde os israelitas ainda podem fugir: Espanha e Portugal, que permanecem neutros no conflito.

A Espanha saía de uma sangrenta guerra civil que vitimara milhares de cidadãos. O governo de Franco tinha tido o apoio dos nazis durante a guerra civil, portanto, a sua neutralidade era simpática a Hitler. Franco impediu que os judeus se refugassem em terras espanholas, não lhes concedendo vistos para entrar no país.

Restava Portugal...

Durante a Segunda Guerra Mundial a posição do governo de Salazar sempre foi dúbia, com fortes traços de simpatia pelo regime de Berlim.

Entretanto, Lisboa tornara-se uma capital aberta aos espões, tanto nazis como aliados. Dali partiam as fugas para Marrocos, Américas do Norte e do Sul.

Conforme a história nos revelaria décadas mais tarde, a lavagem dos bens confiscados aos judeus (obras de arte, jóias, etc.) e aos povos conquistados, foram feitas pelos nazis através da Suíça e de Portugal.

Inclusive, a alta cúpula da Igreja Católica fecha os olhos às atrocidades de Hitler. Antes de partirem para a guerra, os exércitos alemães são abençoados pelos clérigos. Mais tarde, o

Papa Pio XII seria acusado de conviver pacificamente com o governo nazi.

Maio de 1940. Os exércitos de Hitler invadem os Países Baixos. O Luxemburgo cai imediatamente. A Holanda resiste alguns dias. Na Bélgica, contra a vontade do seu Governo, o rei Leopoldo assina a rendição. Milhares de pessoas abandonam os seus lares e fogem para França.

O povo israelita é deixado à deriva no continente europeu...

QUANDO TUDO ACONTECEU...

Do contexto ao enquadramento histórico

É neste contexto e enquadramento histórico que, em Junho de 1940, vamos encontrar, Aristides de Sousa Mendes, Cônsul-Geral de Portugal em Bordéus na França ocupada.

Pelas ruas de Bordéus milhares e milhares de refugiados judeus buscam os consulados de Portugal e da Espanha. A esperança era fugir para estes países e de lá embarcar para as Américas. O consulado espanhol nega a entrada dos refugiados e, conseqüentemente, nega-lhes os vistos...

A esperança está no cônsul português em Bordéus...

Em Antuérpia, apesar dos cinco filhos pequenos, o rabi Chaim Krugger decide esperar o fim do Sabat para partir. Em Bruxelas, Liesel Spett e o marido fecham a casa e partem, com dois filhos, de, respectivamente, 3 e 6 anos.

O destino é Paris, na França ainda livre. Os bombardeamentos das linhas férreas alteram-lhes os planos – e é Bordéus que os acolhe, como a milhares e milhares de outros refugiados. Incapaz de deter o avanço alemão, a 10 de Junho o Governo francês parte, também ele, para Bordéus.

O Consulado-Geral de Portugal em Bordéus atrai milhares de fugitivos em busca de um visto que lhes permita sair de França, passar Espanha, atingir Lisboa e daí partir, rumo às Américas do Norte e do Sul, bem com a outros destinos.

Na sua corrida contra o tempo, o que todos esses fugitivos ignoram é que há ordens estritas e rigorosas, de Lisboa, para a concessão de vistos.

A “*Circular 14*”, emanada do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Lisboa, dirigido pelo Dr. António de Oliveira Salazar, também Presidente do Conselho de Ministros, determina que:

“Sem prévia consulta ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Lisboa, os cônsules de carreira não poderão conceder vistos consulares, aos estrangeiros de nacionalidade indefinida, contestada ou em litígio, aos apátridas, aos portadores de passaportes Nansen* e aos Russos; (...) àqueles que apresentem nos seus passaportes a declaração ou qualquer sinal de não poderem regressar livremente ao país de onde provêm; aos judeus expulsos dos países da sua nacionalidade ou daqueles de onde provêm”.

Determinações com que o cônsul de Portugal em Bordéus, **Aristides de Sousa Mendes**, católico, monárquico e conservador, cujo irmão gémeo havia sido Ministro dos Negócios Estrangeiros no primeiro Governo de Salazar, tem dificuldade em conformar-se. Sobretudo porque as consultas prévias ao ministério são, normalmente, demoradas e as respostas muitas vezes negativas.

Sensível à angústia dos que o procuram, o cônsul já por mais de uma vez infringiu as ordens recebidas.

A 24 de Abril, uma carta proveniente do ministério ameaçara-o de sanções:

“Por despacho de 16 de Janeiro último, foi chamada a sua atenção para a irregularidade cometida ao conceder um visto para Portugal no passaporte de Arnold Winitzer e mulher, antes de haver pedido para tal a indispensável autorização deste Ministério. (...) Apesar disso, em 1 de Março, visou o passaporte do médico espanhol Eduardo Neira Laporte, cujo visto esta Secretaria recusou. Ao Dr. Neira Laporte foi recusado o desembarque em Lisboa, não só porque o visto lhe fora abusivamente concedido, mas ainda porque a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado o considera indesejável. (...) Fica advertido de que qualquer nova falta ou infracção nesta matéria será havida por desobediência e dará lugar a procedimento disciplinar.”

Ao contrário dos que, em Lisboa, dão as ordens, **Aristides de Sousa Mendes** confronta-se, diariamente, com a aplicação das orientações da **“Circular 14”**. É que entre as centenas de pessoas desesperadas que acorrem ao consulado em Bordéus, mulheres e homens de todas as idades, muitas vezes com filhos, há judeus, ciganos, apátridas, combatentes contra o nazismo, que vêm no visto português a única forma de escapar ao terror nazi.

A 13 de Junho, o ministério recusa-lhe, uma vez mais, a concessão de vários vistos. Entre eles, o do homem que preferira correr o risco de morrer sob os escombros de sua casa a desrespeitar o Sabat, o **Rabi Chaim Krugger**, de Antuérpia.

Aristides de Sousa Mendes encontrara-o na rua, frente à sinagoga, com a mulher e os filhos. Pai de 13 filhos, o cônsul é

sensível à situação dos Krugger e convida-os para se alojarem em sua casa até à chegada dos vistos, de cuja autorização não duvida.

Chaim Krugger aproveita a oportunidade para explicar ao diplomata tudo o que sabe sobre a perseguição nazi aos judeus. Para o católico convicto que é ***Aristides de Sousa Mendes***, não faz sentido que alguém seja perseguido por razões religiosas e, perante a negativa de Lisboa, decide, ainda assim, conceder vistos aos Krugger.

O rabi, no entanto, recusa: não são eles os únicos a precisar de salvação. Todos os judeus que se comprimem às portas do consulado correm os mesmos riscos. É para todos os seus irmãos que requer a ajuda do cônsul.

Aristides de Sousa Mendes hesita...

Esgotado, cai de cama durante três dias. Mas quando, ao quarto dia, domingo, 16 de Junho, se levanta, tomou uma decisão:

- Vou dar vistos a todos os que o necessitarem e ordenar que, os consulados dependentes de Bordéus, o façam também.

Os refugiados que se apinham à porta do consulado, no n.º. 14, do Quai Louis XIV, vêem um excitado rabi Krugger, sem chapéu nem casaco, sair do consulado e gritar:

“Judeus! Dai-me os vossos passaportes! Conseguir-vos-ei vistos!”

Também ***Otto de Habsburgo***, depois de ***Aristides de Sousa Mendes*** ter visado pessoalmente os passaportes da família imperial austríaca, faz chegar ao consulado centenas de passaportes de cidadãos austríacos em fuga, que igualmente recebem os necessários vistos.

Enquanto o cônsul português, ***Aristides de Sousa Mendes***, trabalha entre os dias 17, 18 e 19 de Junho, exaustivamente sem cessar, nem sequer para comer, na concessão dos vistos, ajudado por dois dos seus filhos e funcionários, também em Bordéus, o Marechal Henri-Philippe Pétain prepara o armistício e o General Charles de Gaulle decide partir para Londres.

Nesses três dias, 17, 18 e 19 de Junho, contrariando as ordens do Presidente do Conselho de Ministros e Ministro dos Negócios Estrangeiros, António de Oliveira Salazar, o Consulado-Geral de Portugal em Bordéus concede cerca de trinta mil vistos, mas a benevolência e a coragem de *Aristides de Sousa Mendes* não se queda por aqui...

Na noite de 19 de Julho, a cidade é bombardeada. Para os refugiados, como os *Bromberger* e os seus três filhos, fugidos de Antuérpia em Maio, julgavam poder esperar em Bordéus até ao fim da guerra, é de novo a fuga, a caminho de Baiona...

O vice-cônsul português em Baiona, Faria Machado, recebeu de *Aristides de Sousa Mendes* ordens para desobedecer à “*Circular 14*” e conceder vistos a quem o solicitasse. Inquieto, avisa o Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Lisboa, que envia a Baiona o cônsul Lopo Simeão.

Quando, a 22 de Junho, chega a Baiona, o cônsul Lopo Simeão encontra, em redor do consulado, no nº. 8, da Rue du Pilon, onde *Aristides de Sousa Mendes* ajuda Faria Machado e Vieira Braga, cônsul honorário, a emitir vistos, o que descreve, em telegrama para o ministério, como “*circunstâncias tragicamente anormais*” e “*incalculável multidão em situação verdadeiramente desesperada enchendo as ruas na proximidade do consulado*”.

Sylvain Bromberger, então com 15 anos, lembra-se de esperar, na praça contígua, que lhes fossem visados os passaportes entregues no consulado pelo irmão mais velho, David. De vez em quando, alguém chegava à praça com um molho de passaportes e gritava alguns nomes. Quando, finalmente, ouviu “*Bromberger*”, soube que a família tinha uma possibilidade de salvar-se.

Por sua vez, horas mais tarde, chega a Baiona o embaixador de Portugal em Madrid, Pedro Teotónio Pereira. Homem da confiança de Salazar, que aclara as instruções para a concessão de vistos:

“*Vistos de passaportes ‘Nansen’ só com bilhetes de barco.*” De resto, podem receber vistos “*ingleses, americanos, americanos do sul, franceses - gente limpa! - e belgas - personalidades! -, atendendo, também, a outros recomendados pelas embaixadas e legações*”.

Tudo para, nos termos da informação de Lopo Simeão ao ministério, **“evitar a entrada em Portugal de uma massa ignóbil e, sob o ponto de vista social, em grande parte indesejável”**.

No dia seguinte, Pedro Teotónio Pereira, acompanhado de Faria Machado e Lopo Simeão, dirige-se a San Sebastian, para dali contactar o ministério, em Lisboa. Em Hendaia, encontra **Aristides de Sousa Mendes**, que ali acompanhara alguns refugiados, que continuava a conceder vistos...

Liesel Spett, que nesse dia atravessa a fronteira, lembra-se de o ver, de gabardina, encostado a um carro, a passar vistos em todos os papéis que lhe estendiam.

Milhares de pessoas atravessaram, desde 19 de Junho, a ponte internacional de Irún, e esse dia 23 de Junho é apontado pelas agências internacionais como **“um dos dias de maior trabalho”** para os guardas fronteiriços espanhóis.

Quando, chegada a Irún, a família *Bromberger* olhou para trás, na direcção de Hendaia, viu que já tinham chegado os primeiros soldados alemães...

Já o compositor e pianista Norbert Gingold, judeu austríaco, que tinha recebido o visto português, não conseguiu visto de trânsito de Espanha.

Pedro Teotónio Pereira comunicara, entretanto, às autoridades espanholas:

“a decisão de dar por nulos os vistos concedidos pelo consulado em Bordéus a numerosíssimas pessoas que ainda se encontravam em França”, acrescentando que “o referido cônsul havia perdido o uso da razão.”

O adido militar alemão em Madrid, citado por Lopo Simeão, louva **“a atitude correcta tomada pelo Governo português, filtrando essa precipitada corrente de imigração”**.

No dia 24 de Junho, **Aristides de Sousa Mendes** recebe um telegrama do ditador Salazar, a ordenar-lhe que se apresente em Lisboa para responder ao acto de indisciplina por ter concedido vistos abusivos aos judeus.

A 4 de Julho, Salazar, que acumula a pasta dos Negócios Estrangeiros com o seu cargo de Presidente do Conselho de Ministros, ordena a abertura de um inquérito aos acontecimentos de Bordéus e Baiona.

(Dois dias antes, em mensagem ao representante português em Londres, parecia saber-se de antemão o resultado:

“Vistos concedidos em Bordéus foram-no em contravenção de instruções expressas do Ministério, por cônsul que já afastei do serviço.”)

A *Nota de Culpa* refere a concessão de vistos a pessoas pertencentes a ***“nacionalidades para as quais, por determinação do Ministério dos Negócios Estrangeiros, estava interdita a concessão de qualquer visto”***. A *Nota* acrescenta que ***“houve necessidade de deixar internar no país esses estrangeiros, em virtude das autoridades espanholas não consentirem no seu retorno”*** e conclui que ***“a atitude do arguido deu lugar a uma situação desprestigiante para Portugal perante as autoridades espanholas e alemãs de ocupação”***.

Na sua contestação, *Aristides de Sousa Mendes* refere a ***“aflição indescritível”*** daqueles que pediam um visto e salienta: ***“Não podia eu fazer diferenças de nacionalidades, visto obedecer a razões de humanidade que não distinguem raças nem nacionalidades.”*** O Cônsul-Geral de Portugal em Bordéus afirma ter procedido sempre ***“segundo os ditames da [sua] consciência, que nunca deixou de [o] guiar no cumprimento dos [seus] deveres”***.

O Embaixador de Portugal em Bruxelas, Calheiros e Meneses, presente em Baiona na altura da concessão dos vistos, depõe a favor de *Aristides de Sousa Mendes*, esclarecendo que, ***“para resistir às súplicas e implorações de tantos desgraçados apavorados com a aproximação do invasor e o justo medo do campo de concentração, ou, ainda pior, do fuzilamento, se requeria uma coragem moral pouco banal”***.

O instrutor do processo, Paula Brito, recomenda a pena de “*suspensão de exercício e vencimento de mais de trinta até cento e oitenta dias*”. Salazar decide:

“Um ano de inactividade com direito a metade do vencimento da categoria, devendo em seguida ser aposentado.”

Após mais de três décadas de trabalho, dedicado à diplomacia do seu país, ***Aristides de Sousa Mendes*** seria demitido sem direito à aposentação ou a qualquer indemnização...

Aristides de Sousa Mendes não se conforma. O seu advogado, Adelino da Palma Carlos, requer ao Supremo Tribunal Administrativo a anulação da sentença. Em vão.

É, também, em vão que, para fazer frente à redução drástica do vencimento, tenta voltar a exercer a advocacia, mas a recusa do ministério em informar a Ordem dos Advogados das razões do seu processo impede-o de exercer.

De regresso ao lar, as dificuldades agudizam-se...

Entretanto, em Cabanas de Viriato, onde a família de ***Aristides de Sousa Mendes***, já se encontrava instalada, todas as quintas-feiras, dava um jantar aos pobres e recebia amigos e refugiados, o filho do padeiro é um dos primeiros a aperceber-se das dificuldades: “*O saco do pão que lhes levava ia cada vez mais vazio...*”

Em breve, *Aristides de Sousa Mendes* é forçado a abandonar a Casa do Passal, em Cabanas de Viriato, a mudar-se para um pequeno apartamento em Lisboa e a partilhar com refugiados o recurso à cantina da *Assistência Judaica Internacional*, onde um dia desabafou para um jovem judeu, Isaac Bitton, que, também ele, é um refugiado...

Aliás, a *Assistência Judaica Internacional* ajuda alguns dos filhos do cônsul a partirem, também eles, rumo aos Estados Unidos e Canadá, onde passaram a receber apoio.

Miséria, Desonra e Indigência...

Resumindo, o regresso de *Aristides de Sousa Mendes* a Portugal, como tivemos a oportunidade de verificar, é, pura e simplesmente, de punição e humilhação para o Cônsul-Geral de Portugal em Bordéus.

Salazar jamais lhe perdoará o acto de indisciplina. A retaliação aos seus actos é tanta e de tal forma, que ***Aristides de Sousa Mendes*** é impedido de exercer a sua actividade de advocacia e os filhos são proibidos de frequentar a universidade; seu irmão, o Embaixador César de Sousa Mendes é afastado da carreira diplomática.

Sem receber pensão do governo, ***Aristides de Sousa Mendes*** e a sua numerosa família são remetidos impiedosamente para a miséria total, para a indigência...

A Casa do Passal, construída por seus antepassados fidalgos, alberga ainda os refugiados judeus que chegam a Portugal. Mas a miséria leva-o a vender os móveis e a hipotecá-la...

A ***Comunidade Israelita de Lisboa*** auxilia o diplomata com alimentos, uma pequena subvenção em dinheiro e possibilita ajuda a alguns dos seus filhos para que possam ir para os Estados Unidos e para o Canadá.

Aristides de Sousa Mendes é impiedosamente castigado, enquanto Salazar é louvado internacionalmente!...

Enquanto ***Aristides de Sousa Mendes*** foi condenado impiedosamente à miséria e à desonra, o regime político ditatorial de António de Oliveira Salazar era louvado internacionalmente!

O agradecimento é, por vezes, extensivo aos governantes, nomeadamente a António de Oliveira Salazar, rigorosamente, o mesmo ditador que castigou ***Aristides de Sousa Mendes***, por desobediência a ordens que a terem sido cumpridas, teriam impedido a salvação de milhares e milhares de refugiados...

Portugal havia ficado na memória dos refugiados como um porto de abrigo, onde não se sentiram perseguidos por serem judeus e, através do qual, se salvaram, com a ajuda de uma população considerada hospitaleira e sensível aos seus dramas.

Aristides de Sousa Mendes
Só, pobre e desonrado até ao último suspiro...

Em 1945, terminada a Segunda Guerra com a vitória dos Aliados, ***Aristides de Sousa Mendes*** entrega à Assembleia Nacional uma petição / reclamação contra a sentença que lhe fora imposta. Mais uma vez em vão...

O cônsul, no entanto, nunca se arrepende do seu acto. Fiel às suas convicções religiosas, recorda que, **“se tantos judeus puderam sofrer por culpa de um católico – Hitler – então, não é demais que um católico sofra por ter auxiliado judeus”**.

A **25 de Julho de 1948**, o destino reservava ainda outra grande tragédia pessoal a **Aristides de Sousa Mendes**. **Dona Angelina de Sousa Mendes**, sua esposa, faleceu aos 59 anos de idade, depois de ter estado em coma durante vários meses.

O seu casamento, como todos os casamentos, não fora isento de problemas, mas **Aristides de Sousa Mendes** amava profundamente a sua mulher e ela pagava-lhe esse amor com uma dedicação total a ele e à família.

Ela tinha participado e aprovado inteiramente as decisões que **Aristides de Sousa Mendes** tinha tomado em Bordéus, nunca o tinha censurado pelas desastrosas consequências pessoais dessas decisões e tinha-o apoiado sempre. O seu heroísmo e abnegação não eram inferiores aos dele.

Ao seu modo discreto e apagado, tinha partilhado os sofrimentos do marido, e estes tinham-na quebrado a ela antes dele.

A **3 de Abril de 1954**, cerca de seis anos depois, **Aristides de Sousa Mendes**, assistido apenas por uma sobrinha, morre **“pobre e desonrado”**, no Hospital da Ordem Terceira, em Lisboa. A causa do óbito foi uma trombose cerebral agravada por pneumonia.

Entretanto, o Embaixador César de Sousa Mendes, seu irmão gémeo, recebe um cartão de condolências do Presidente do Conselho de Ministros, o ditador António de Oliveira Salazar, enquanto a morte de **Aristides de Sousa Mendes** passou despercebida em Portugal, sem honra nem glória. Fora silenciada...

Para o seu funeral, por não ter vestuário disponível, tiveram que, como recurso extremo, lhe vestir o hábito de um frade franciscano, dada a situação paupérrima em que se encontrava...

Memórias

A homenagem que o Estado Português prestou a **Aristides de Sousa Mendes** está à vista...

A “**Casa do Passal**” está em ruínas, à espera que a Fundação criada em sua homenagem, em 2000, se decida a fazer dela um museu.

Em 1958, uma filha de ***Aristides de Sousa Mendes***, Elisa Joana, que então vivia em Nova Iorque, decidiu escrever ao Primeiro-ministro Israelita, David Ben-Gurion, falando-lhe de seu pai. Este ordenou uma investigação sobre as alegações de Elisa Joana e, em 1961, o gabinete do primeiro-ministro informou-a que Israel tinha plantado 20 árvores em memória de seu pai na Floresta dos Mártires, em Jerusalém.

A Floresta está situada nos terrenos do museu israelita do Holocausto, **Yad Vashem**, recordando as vítimas e os “***gentios justos***” que ajudaram os judeus durante a tragédia.

Yad Vashem, “***Autoridade para a Recordação dos Mártires e Heróis do Holocausto***”, é a organização estatal israelita que autentica as declarações sobre “***gentios justos***”. Muitos dos refugiados que ***Aristides de Sousa Mendes*** ajudou emigraram mais tarde para Israel.

Em 1967, a **Yad Vashem** voltou a homenagear ***Aristides de Sousa Mendes***, o primeiro cidadão não israelita a receber tão honrosa distinção, a mais elevada, uma medalha comemorativa com a inscrição do Talmude:

“Quem salva uma vida humana é como se salvasse um mundo inteiro”.

Nem mesmo o facto de o Estado de Israel ter feito a entrega, à família de ***Aristides de Sousa Mendes***, de uma medalha comemorativa que honrava a memória de seu pai, conseguiu despertar qualquer interesse em Portugal. A cerimónia teve lugar em Nova Iorque, mas o acontecimento nem sequer foi noticiado na imprensa portuguesa...

Elisa Joana, sentindo-se encorajada com a homenagem prestada por Israel, em 18 de Janeiro de 1969, escreveu directamente ao Presidente da República Portuguesa, Almirante Américo Tomás:

“A minha maior aspiração é ver a memória de meu pai reabilitada pelo Governo da Nação Portuguesa, pois a sua grande obra humanitária enaltece e dignifica profundamente Portugal e o seu nobre povo, assim como a nossa história diplomática. É pois do íntimo da minha alma que rogo a V. Ex^a.

se digne interceder junto do Governo pela reabilitação da memória do meu querido pai.”

Resultado: Não obteve qualquer resposta à sua solicitação...

Em Portugal, a família de *Aristides de Sousa Mendes* só conseguiu sensibilizar dois únicos jornalistas para o caso de seu pai.

Já depois da *Revolução dos Cravos, em 25 de Abril de 1974*, em 4 de Maio de 1976, duas semanas antes do Major Melo Antunes ordenar a investigação do caso, o “*Diário Popular*” publicou um artigo, da autoria do jornalista António Colaço, com o seguinte cabeçalho: “*À espera de reabilitação póstuma de um português que Salazar castigou por ter salvado milhares de judeus das garras nazis.*”

Em 22 de Fevereiro de 1979, o jornalista António Carvalho escreveu em “*A Capital*” acerca de “*um justo português*”, num artigo sob o título “*Testemunhas do Holocausto*”.

***“Prefiro estar com Deus contra os homens
do que com os homens contra Deus”***

Nos jardins do *Museu do Holocausto de Jerusalém*, existe uma ala, que se chama a *Ala dos Justos*, na qual estão plantadas 12 mil árvores em memória dos cerca de 16 mil homens e mulheres até hoje encontrados, que salvaram judeus durante a II Guerra Mundial.

De entre todas essas árvores, existe uma, mais alta do que as outras, que tem o nome de *Aristides de Sousa Mendes*.

Para as autoridades do Yad Vashem - *Museu do Holocausto de Jerusalém*, *Aristides de Sousa Mendes* é o homem que, individualmente, mais vidas humanas salvou, como se sabe, cerca de 30 mil, das quais mais de 10 mil judeus.

Aristides de Sousa Mendes, cônsul português em Bordéus, é recordado por ter emitido vistos de entrada em Portugal a 30 mil pessoas em Junho de 1940, sendo depois castigado por Salazar, que o afastou, definitivamente, da carreira diplomática.

Perante o avanço incontrolável do nazismo, o Cônsul-Geral de Bordéus, *Aristides de Sousa Mendes*, encontrou-se perante o dilema tão comum nessa época:

- Se, por um lado, era impossível esquecer a multidão de refugiados perseguidos por Hitler aos quais ele próprio - sabia-o bem - poderia abrir as portas da salvação e da liberdade; pelo outro, era claro que, ao abrir essas portas, ele estaria a condenar-se a si próprio, por actuar de forma oposta à política externa do seu Governo.

A decisão de *Aristides de Sousa Mendes* de desrespeitar as ordens de Salazar, então Ministro dos Negócios Estrangeiros, e, por consequência, de desacreditar a política externa do Estado Português, revela-se assim como uma dupla arma:

- Com esse acto ele impõe uma derrota ao regime nazi e, simultaneamente, condena implicitamente a atitude de Portugal.

A legalidade nem sempre é a melhor aliada quando estão em causa os Direitos dos Homens e o diplomata, católico convicto, não hesitou em salvar pessoas, inclusive de outra religião.

“Tenho de salvar estas pessoas, tantas, quantas, eu puder. Se estou a desobedecer a ordens, prefiro estar com Deus e contra os homens, do que com os homens e contra Deus”, enfatizava.

A actuação de *Aristides de Sousa Mendes*, como Cônsul-Geral de Bordéus, não é apenas um acto heróico, mas, acima de tudo, um

acto de grande lucidez: ele sabia estar a condenar-se a si próprio e que esse era o preço a pagar pela opção em favor dos mais fracos de todos.

A 30 de Outubro de 1940, *Aristides de Sousa Mendes* é condenado “... *na pena de um ano de inactividade com direito a metade do vencimento de categoria, devendo em seguida ser aposentado*”, um despacho punitivo que Salazar nunca mandaria notificar ao arguido. Ordenou, isso sim, “*que fosse fechado em envelope lacrado e guardado no cofre do Ministério dos Negócios Estrangeiros.*”

Com esta decisão, Salazar condenou-o a uma reforma compulsiva, não remunerada, com proibição do exercício da advocacia. A afronta exigia um castigo exemplar, o esmagamento do prevaricador e da sua família, sob o peso da miséria e do ostracismo.

Com esta realidade, nada mais restava a *Aristides de Sousa Mendes* do que lutar pela sua reabilitação. Contudo, vinte anos teriam que decorrer depois da sua morte, ocorrida em 1954, para que a história deste homem exemplar voltasse à luz do dia.

O homem certo no lugar e momento certos

Em Bordéus a história prendeu *Aristides Sousa Mendes* nas suas garras. O seu destino passou a estar inelutavelmente ligado ao destino colectivo de dezenas de milhares de pessoas desaparecidas...

Assumiu-se como o homem certo no lugar e momento certos. Aquilo que muitos poderiam considerar como defeitos de

personalidade num diplomata - a natureza demasiado emotiva e o seu carácter impulsivo - tornaram-se a força motora de um heroísmo.

Sacrificou tudo quanto amava e prezava - uma família, uma carreira - por estranhos de quem se apiedou associando ao seu honroso desempenho a espiritualidade e a dignidade humana então raras, mas que, afinal, caracterizam o Povo Português.

Numa altura, em que pairava a rebeldia pelo mundo, *Aristides de Sousa Mendes* não só era um digno diplomata como, também, se desenhava como o modelo do português crítico, o representante ideal da Nação que todos gostaríamos que Portugal sempre fosse.

As suas atitudes tinham o cheiro do perfume, cuja marca a lei portuguesa só viria a reconhecer tardiamente. Ainda assim, aos olhos dos poucos que um dia ouviram falar de *Aristides de Sousa Mendes*, a mais viva recordação que resta deste "*salvador de vidas*" português é a punição desumana que lhe foi atribuída:

- Salazar e seus discípulos o condenaram à "*pena de um ano de inactividade*" com direito apenas a "*metade do vencimento da categoria*", tendo sido colocado "*na disponibilidade aguardando aposentação*", situação da qual só viria a se livrar com a morte, mais de 13 anos depois.

Esta é, deveras, a única memória de "*adequada*" que lhe foi reservada até hoje. De resto, tudo quanto dele se sabe e se vê não é senão o que ele próprio mandou fazer para o seu refúgio na Fé, nos momentos da sua maior descrença política.

Mas a vida não podia parar, tinha que continuar...

A reabilitação demorou muito tempo...

Em Portugal ninguém falava disso, assim como, também, ninguém ousava mencionar o nome de *Aristides de Sousa Mendes* no resto do mundo.

E tantos foram os refugiados salvos pela sua desobediência, que não podiam nem imaginar o que se tinha passado...

Os filhos de *Aristides de Sousa Mendes* tinham sofrido as consequências da perseguição e do ostracismo a que o pai fora sujeito.

Todos tinham ficado traumatizados com a tragédia...

Tinham visto o pai aceitar o seu destino, também queriam perdoar e esquecer...

Mas a vida não podia parar, tinha que continuar...

Mas a Justiça ainda continua adiada...

Ainda que nada dissipe o sofrimento de um conjunto de acusações e processos fundados numa ideologia retrógrada e desumana, e a humilhação de uma sentença cheia de vícios, feita a rogo das leis de uma ditadura nacional, nada explica que obra de tão grande valor e prestígio seja comprada a tão barato preço...

A obra de ***Aristides de Sousa Mendes*** teve o reconhecimento de países como os Estados Unidos, França e Israel, e não nos causaria espanto nenhum ver a sua história percorrer todas as salas de cinema do mundo à semelhança do que o realizador americano, Steven Spielberg, fez com o filme "***A Lista de Schindler***".

Oskar Schindler e ***Aristides de Sousa Mendes***, no seu conjunto, salvaram milhares de pessoas dos campos de concentração, mas são figuras bem distintas com perfis algo controversos...

Como escreveu a minha ilustre Colega, a Jornalista Adriana Andringa, num artigo sob o título, "***Em nome das vidas salvas***", "***o primeiro, Oskar Schindler, era um homem "bon vivant", sem princípios nem escrúpulos, orientado por uma única ideia: enriquecer; o outro, Aristides de Sousa Mendes, era um pai de família, católico, com uma carreira diplomática estabelecida***".

Oskar Schindler começa por interessar-se pelos judeus, única e exclusivamente, como mão-de-obra barata; ***Aristides de Sousa Mendes*** desde sempre se ligou à causa das pessoas, salvando indiscriminada e desinteressadamente vidas, atendendo ao apelo dos necessitados que viam em Portugal uma porta aberta para o porto seguro que as Américas e outros destinos lhes oferecia.

Aristides de Sousa Mendes foi, por isso, angustiado, julgado e punido mas a justiça continua adiada.

Volvidos mais de meio século, fruto de alguma insistência, é recordado o passado do diplomata português injustiçado.

Enquanto aguarda pela justiça dos homens e o lugar que merece na História de Portugal e da Humanidade, ***Aristides de Sousa Mendes*** repousa no Céu - e disto não temos a menor dúvida - onde as boas obras são sempre recompensadas.

VISTO PARA A VIDA!

**Outros Diplomatas que, através da acção humanitária,
salvaram vidas...**

Segundo os relatos que nos são revelados através dos anais da História da II Guerra Mundial, os nazis sempre dependeram do apoio de milhões de pessoas para assassinar milhões de judeus. Dos

poucos judeus que sobreviveram ao Holocausto, alguns lograram principalmente graças à sua própria iniciativa e aos seus próprios recursos. Entretanto, outros foram ajudados por pessoas boas: amigos, vizinhos e pessoas que lhes eram absolutamente estranhas.

Muitas, foram também as pessoas que fizeram vista grossa e em nada ajudaram, mas, o que é pior, concorreram decisivamente para coarctar aos inocentes a possibilidade de sobreviver...

Os diplomatas gozavam de um *status* especial, nos países em que serviam e se encontravam numa posição única, para oferecer uma significativa ajuda aos refugiados. Muitos, para impedir que os judeus entrassem nos seus países, atenderam e obedeceram cegamente a todos os pontos das regulamentações dos seus governos. Não obstante, uns poucos brilharam como um farol na imensa escuridão. Faróis solitários que guiaram os refugiados, ajudando-os a passar as rochas mortais e os campos minados do Holocausto.

As pessoas a quem, hoje e aqui, rendemos a nossa homenagem resgataram dezenas de milhares de pessoas, na sua maioria judeus. Estamos perante uma extraordinária oportunidade, agora, facultada pelo Instituto Histórico do Ceará, para tomar públicos alguns dos nomes de pessoas altruístas que, verdadeiramente, iluminaram como um farol.

O resgate de judeus é uma história dramática e importante no Holocausto, que revela muito sobre as limitações e as possibilidades dos seres humanos na determinação de decidir, actuar e de agir.

Não obstante, é marginal.

Marginal, porque a maioria dos Judeus da Europa não foram resgatados - foram assassinados.

Marginal, porque se investiu muito mais atenção, esforços e recursos para assassiná-los do que para salvá-los.

E marginal, ainda, pelo momento em que ocorreu.

O resgate de números significativos de judeus foi possível somente durante duas breves oportunidades que surgiram durante o período do Holocausto desde o começo. Primeiro, antes que a ocupação assassina se tornasse asfixiante, e, depois, no final, quando começou a debilitar-se.

Foram essas e outras as razões, que levaram o Parlamento de Israel a autorizar o *Yad Vashem* a perpetuar os “*Justos entre as Nações*”, que arriscaram as suas vidas para salvar judeus.

Entretanto, até ao momento, o número de reconhecimentos já ascende a cerca de 16 000, de entre estes, 20 foram os diplomatas que tiveram acções decisivas e determinantes para salvar dezenas de milhares de judeus.

Assim como, todos aqueles que, sob o anonimato, intervieram, agiram e actuaram, mas que, por razões de vária ordem, nunca chegaram nem chegarão, algum dia, ao nosso conhecimento...

Por outro lado, outros houve que, apesar dos seus actos de justiça, de altruísmo, de sacrifício e de humanidade para com o seu semelhante, se rebelaram aos seus governos, não acatando as ordens, desobedecendo, que importa relevar nesta intervenção, a quem o seu país nunca viria a perdoar.

E, infelizmente, exemplos não faltam...

O diplomata Sampaio Garrido representava Portugal junto do governo de Budapeste, com o posto de ministro plenipotenciário, desde Outubro de 1939, quando, a 16 de Março de 1944, Hitler ordenou a invasão da, até então aliada, Hungria.

Esta invasão levou a Hungria, tal como antes a todos os países ocupados pela Alemanha, à ‘ghettização’, deportação e internamento em campos de concentração / extermínio dos judeus húngaros, conduzidas pelo nazi Eichmann.

Para além daquele, outros houve, tais como José Luís Archer, em Paris, e o cônsul honorário Lencastre de Menezes - o primeiro a ver revogados os seus direitos consulares, por alegadamente conceder passaportes portugueses a judeus da Áustria - e ainda, o cônsul-geral em Hamburgo, que, por sua própria iniciativa, forneceu vistos a judeus.

Também, o cônsul honorário em Milão, Giuseppe Magno, concedeu vistos sem autorização do Ministério dos Negócios Estrangeiros, sendo, por isso, exonerado.

Todos eles, de uma forma ou de outra, acabaram por ser implacavelmente castigados pelo ditador Salazar.

Entre outros casos conhecidos, figuras há que se destacaram pela sua coragem e humanismo, tais como o cônsul japonês, Chiune Sugihara, em Kaunas, na Lituânia, e Paul Grüninger, chefe da polícia do cantão suíço de São Galo.

Diplomatas brasileiros

Por último, e fi-lo propositadamente, importa relevar e homenagear, também, a acção de dois diplomatas brasileiros que, hoje, são também consagrados “*Justos entre as Nações*”.

➤ Luiz de Souza Dantas

Embaixador do Brasil na França, durante a II Guerra Mundial, cujo número de pessoas ajudadas se situa entre 500 e mil, já

que muitas delas não chegaram ao Brasil e utilizaram os documentos apenas para abandonar a França.

Poucos brasileiros sabem que o País teve nos quadros do Itamaraty um diplomata que, para salvar vidas a centenas de judeus, não cumpria as ordens dos superiores e, devido a diversos factores de ordem política, foi praticamente esquecido e jamais homenageado.

O Embaixador Souza Dantas declarou conhecer o terrível destino que esperava aos judeus embarcados nos combóios, e, por isso, fez o que pode para salvá-los.

Foi no ano de 1940, quase acidentalmente, através de um relato feito por um judeu que havia sido ajudado em Vichy, que o nome do Embaixador Souza Dantas se tomou conhecido.

Considerava ele, que os vistos concedidos por Souza Dantas a todos os membros da sua família, os haviam salvo da deportação e conseqüentemente da morte. Não se conformava pelo fato da memória desse embaixador jamais ter sido resgatada.

Além do esforço do embaixador em possibilitar a saída da Europa dos perseguidos do nazismo, a maioria desses judeus ou pessoas que não se adequavam às restrições raciais então impostas, Souza Dantas denunciou textualmente os horrores dos Campos de Concentração, e reiteradas vezes, o extermínio dos judeus levado a cabo pela Gestapo. Essas denúncias aparecem, a partir de 1940, na correspondência oficial ao governo brasileiro.

Conhecendo as dificuldades que os judeus tinham de fugir da Europa por vias terrestres e que, por via marítima, era indispensável a apresentação de passaporte com visto válido, o Embaixador Souza Dantas dizia ter assumido mais essa atribuição: a de conceder, pessoalmente, os vistos, que era até então atribuição apenas dos consulados.

Souza Dantas se empenhou em conceder vistos a centenas de pessoas. Interpretou sempre da forma mais elástica possível as determinações do governo brasileiro, concedendo vistos a portadores de passaportes de apátridas e simples títulos de identidade, assim como concedeu, em grande número, vistos diplomáticos a estrangeiros que não estavam dentro dos parâmetros formais para receberem tal tipo de visto. Outros

receberam vistos simbólicos, ou seja, apenas um carimbo da embaixada e a informação escrita em francês, pelo próprio punho do embaixador, que o portador poderia viajar para o Brasil. Chegou a conceder vistos a estrangeiros que, anteriormente, o governo brasileiro já havia indeferido o pedido.

Em Novembro de 1940, o Itamaraty chamou a atenção de Souza Dantas para que não mais concedesse vistos a apátridas e que seguisse as demais normas pertinentes à concessão de vistos, ou seja, cada caso deveria ser remetido ao Brasil, via telegrama, e a decisão a respeito da concessão deveria ser dada pelas autoridades do governo. Mas Souza Dantas ignorou tal directriz e, paulatinamente, continuou a conceder vistos. Em alguns casos, datava retroactivamente o visto diplomático, apondo nos passaportes uma data anterior à proibição que havia recebido. Noutros casos, explicou aos refugiados que o visto lhes seria útil para chegar a Portugal e até sair da Europa, mas que dificilmente conseguiriam entrar em território brasileiro.

Souza Damas manteve-se a frente da Embaixada do Brasil, em Vichy, até ao final de 1942, quando chegou a tentar resistir à invasão das instalações da própria embaixada por soldados alemães.

Em Janeiro de 1943, foi preso pelos nazis e internado em Bad Godesberg, na Alemanha, de onde foi libertado apenas em 1944.

À actuação desse diplomata jamais foi resgatada, para desta forma, por contraste, não evidenciar a acção, negligência e omissão de tantos outros diplomatas e membros do governo brasileiro que, durante a Segunda Guerra Mundial, se tomaram participantes indirectos da grande tragédia do Holocausto, mas, após a queda do governo de Getúlio Vargas, foi o primeiro brasileiro a dirigir a Assembleia Geral da ONU, em 1946.

Desde 2003, seu nome faz parte da lista dos que estão inscritos no *Jardim dos Justos*, assim como lhe foi conferido o Diploma do Museu do Holocausto, em Jerusalém.

➤ **Aracy Guimarães Rosa**

Uma heroína quase esquecida...

“A Aracy, minha mulher, Ara, pertence esse livro”

Finalmente, a história fascinante de ***Aracy Guimarães Rosa***, heroína quase esquecida, uma brasileira que ajudou a salvar dezenas de judeus do nazismo e foi colocada, por Israel, no mesmo patamar de mitos como Oskar Schindler.

Dona Aracy, segundo me consta, está prestes a completar 100 anos. Mora com o filho único Eduardo e a nora Beatriz num apartamento no bairro dos Jardins, em São Paulo.

Ela já não anda pelos seus próprios meios e, uma vez por outra, já não reconhece ninguém, à exceção do filho. Sofre da doença de Alzheimer. Sob os cabelos completamente embranquecidos, brilham uns olhos faiscantes. Um sorriso maroto, intermitente, brota de seu rosto, denunciando de uma maneira ténue a energia da mulher corajosa, determinada e inteligente que foi no passado. E, acima de tudo, discreta. Muito discreta. Tão discreta que poucos conhecem a sua fascinante história.

Paranaense de Rio Negro, filha de pai brasileiro e mãe alemã, separada do primeiro marido, Johannes Edward Ludwig Tess, numa época em que o casamento era sagrado, Aracy Moebius de Carvalho mudou-se para a Alemanha em 1934, onde foi morar com uma tia e com o filho Eduardo, então com cinco anos.

Fluente em alemão, francês e inglês, encontrou trabalho no consulado brasileiro em Hamburgo, como chefe do sector de vistos.

Chocada com a perseguição aos judeus movida pelos nazis, Dona Aracy resolveu ignorar as determinações do Itamaraty para impedir a entrada dos *"semitas"* no Brasil e, de uma forma determinada e consciente, ajudou a conceder vistos a dezenas deles, estima-se que tenha ultrapassado uma centena...

Em 1938, o diplomata João Guimarães Rosa, que depois se tornaria um dos maiores escritores brasileiros, foi nomeado cônsul-adjunto

em Hamburgo. Ele tomou conhecimento pleno da “*transgressão*” de Dona Aracy e, surpreendentemente, apoiou-a sempre.

Casaram-se em 1940. Viveram em Hamburgo, sob os bombardeamentos da *RAF - Royal Air Force*, até que, em 1942, regressaram ao Brasil.

“*Grande Sertão: Veredas*”, de 1956, obra-prima da literatura brasileira, foi dedicado por João Guimarães Rosa a Dona Aracy, carinhosamente chamada de “*Ara*”. Dedicado, não, dado: “*A Aracy, minha mulher, Ara, pertence esse livro!*”.

Em 1985, Dona Aracy vê o seu nome inscrito no “*Jardim dos Justos*”, assim como lhe foi conferido o diploma do Museu do Holocausto.

“*Discreta, sem jamais ter caído na tentação de se promover por ter sido quem foi, Dona Aracy paga hoje o preço do esquecimento...*”

(*) *Documentos internacionais de identidade inicialmente emitidos pela Liga das Nações aos refugiados de guerra. A sua designação provém do nome do diplomata norueguês Fridtjof Nansen (1861-1930).*

A sua utilização desenvolveu-se a partir da Revolução Russa, quando 1.4 milhões de russos fugiram do país. Durante a Segunda Guerra (1939-1945) foram passados cerca de 450.000 passaportes Nansen que, reconhecidos pelos governos de 52 países, permitiram salvar a vida a muitas centenas de milhar de desalojados, vítimas das perseguições do regime nazi.

[nota de LMM]



1948 - 2008

Direitos Humanos

Senhor Presidente do Instituto Histórico do Ceará,
Dr. José Augusto Bezerra,

Senhor Cônsul Honorário de Portugal em Fortaleza,

Dr. Francisco Brandão,

.....

Senhora Dra. Maria Clélia Lustosa Costa,

Minhas Senhoras,
Meus Senhores,

Depois desta tão apaixonada quanto emocionada e envolvente digressão pelo mundo dos nossos HERÓIS, para grande pena minha, o tempo urge e vai sendo hora de pensar em terminar...

Mas, não poderia concluir, com chave de ouro, sem primeiro evocar e homenagear uma figura ímpar das Letras, do Jornalismo e, sobretudo, um Humanista por excelência, também, grande paladino da Liberdade e generoso militante e porta-bandeira dos Direitos Humanos - ***Austregésilo de Athayde***, um bravo lutador com a fibra do nordeste brasileiro, como um dia o cognominei num trabalho jornalístico, que fiz, também, publicar no meu primeiro livro!

Tive a subida honra de, nos finais da década de 80, no Rio de Janeiro, ter sido seu discípulo e, com ele partilhar cerca de cinco anos do seu convívio, assim como poder avaliar e aprofundar o seu ***pensamento*** e com ele aprender a lidar com os Direitos Humanos e a melhor compreender o género Humano.

Diria que foi uma verdadeira Lição de Vida!

O próximo dia 10 de Dezembro, tem como efeméride o **60º. Aniversário da Assinatura da Declaração Universal dos Direitos Humanos**, de que Austregésilo de Athayde, em representação do Brasil, foi o seu principal relator e redactor, com quem René Cassin quiz repartir todas as honrarias recebidas, inclusive o **Prémio Nobel da Paz**.

Hoje, são decorridas praticamente mais de seis décadas, em que a Europa testemunhou *'in loco'* o crescimento assustador dos regimes fascista e nazista, responsáveis pelas perseguições às minorias étnico-sociais como judeus, comunistas, homossexuais e

ciganos, que viria a culminar, anos mais tarde, com o Holocausto, como se veio a verificar.

Em 1945, com o fim do maior conflito armado da História da Humanidade, o mundo totalizava quase 20 milhões de mortes. Devido ao contexto histórico que evidenciou o completo desrespeito pela vida humana, o mundo percebeu que era chegada a hora de se legitimar leis que fornecessem mais rigor contra as arbitrariedades em massa.

Três anos depois, em **10 de Dezembro de 1948**, a **ONU - Organização das Nações Unidas** elaboraria o primeiro documento que colocaria a **dignidade da vida humana** em todo o planeta acima do estrito campo dos formalismos e interesses político-económicos dos países, para afirmar o papel fundamental dos direitos humanos em sociedade: nascia a **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, aprovada pela unanimidade dos **56 países-membros** que, na época, a compunham.

A elaboração desse revolucionário instrumento contou com a participação activa de **Austregésilo de Athayde**, como um de seus principais protagonistas, principalmente, por ter utilizado a imprensa de forma maciça para denunciar as ameaças do fascismo e do nazismo que grande parte do mundo se recusava a enxergar.

Como delegado do Brasil, ele tomou parte na **III Assembleia da ONU - Organização das Nações Unidas**, realizada em Paris, sendo reconhecido pelos próprios companheiros da Comissão como o mais activo colaborador na redacção do histórico documento, em cuja elaboração, muitas vezes ocorreram divergências entre os redactores, mas que, afinal, tiveram sentido construtivo.

Com toda a segurança, hoje, pode dizer-se que a **Declaração Universal dos Direitos Humanos** ajudou a “**imortalizar a importância do futuro imortal**”.

Em 1968, por ocasião do 20º. Aniversário da **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, a Academia Sueca conferiu o Prémio Nobel da Paz ao jurista e filósofo René Cassin, um dos colegas que ajudaram a elaborar os artigos da **Carta Magna Universal dos Direitos Humanos**.

Ao ter conhecimento da homenagem que lhe fora prestada, exactamente pelo papel que desempenhou na elaboração do documento, chamou os jornalistas e declarou-lhes:

“Quero dividir a honra desse prémio com o grande pensador brasileiro Austregésilo de Athayde, que, ao meu lado, durante três meses, contribuiu, de forma decisiva, para o êxito da obra que realizámos por incumbência da ONU - Organização das Nações Unidas”.

Em 1978, no 30º. Aniversário desse vital documento para a Humanidade, o Presidente Jimmy Carter, dos EUA, reconheceu universalmente, através de carta enviada a **Austregésilo de Athayde**, a *"vital liderança"* por ele exercida na elaboração da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*.

Do valiosíssimo espólio que nos legou, importa, acima de tudo, sublinhar o exemplo da sua conduta e estatura ética, humana e moral, cujo ***Pensamento e Ensinamentos*** adquirem a dimensão e o relevo dos protagonistas que fizeram e escreveram, alguns com os seus actos e outros com a sua própria vida, a História das Nações.

**Senhor Presidente do Instituto Histórico do Ceará,
Dr. José Augusto Bezerra,**

**Senhor Cônsul Honorário de Portugal em Fortaleza,
Dr. Francisco Brandão,**

.....

Senhora Dra. Maria Clélia Lustosa Costa,

**Minhas Senhoras,
Meus Senhores,**

Aristides de Sousa Mendes, em Portugal, Luiz de Souza Dantas, Aracy Guimarães Rosa e Austregésilo de Athayde, no Brasil, são, no seu conjunto, marcos profundos e consolidados na História da Humanidade, onde a LUSOFONIA, o linguajar da Língua Portuguesa, de Luís de Camões, esteve presente, marcou uma posição viva e imperou.

Todos eles, não esquecendo, também, os muitos que sob o anonimato, que nunca chegaremos a saber nem a conhecer, tiveram uma vida plena da dimensão da Humanidade, do Mundo e da PAZ!

Curvemo-nos perante as suas memórias e imortalidade!

Terminando, permitir-me-ia sublinhar, ainda, que, esta intervenção, sustentada em todo este trabalho, é, também, uma forma de dizer NÃO! e BASTA!, muito vigorosos, ao processo de esquecimento nacional, uma regra que, cada vez mais, ganha raízes e se instala nas sociedades.

Daí, este contributo, ainda que muito humilde e modesto, para que não se perca o rastro da História recente e que de muitos Ensinos é riquíssima, constituindo uma fonte inesgotável de inspiração e de experiências vivas, vivificadas e vivificadoras para o FUTURO da HUMANIDADE.

Nunca percamos de vista de que,

Um País sem memória é um país sem futuro !

Muito Obrigado!

Palestra proferida no

Instituto do Ceará

(Histórico, Geográfico e Antropológico)

Em Fortaleza (CE) - Brasil

20.Outubro.2008

Um País sem memória é um país sem futuro !

Aristides de Sousa Mendes

“Um Justo entre as Nações”



Aristides de Sousa Mendes

Cônsul-Geral de Portugal em Bordéus - França

“Como informei toda a gente, o meu governo recusou terminantemente todos os pedidos para a concessão de vistos a todos e quaisquer refugiados (...) Todos eles são seres humanos, e o seu estatuto na vida, religião ou cor são totalmente irrelevantes para mim (...) Sei que a minha mulher concorda com a minha opinião e estou certo que os meus filhos compreenderão e não me acusarão se, por dar vistos a todos e cada um dos refugiados, eu for amanhã destituído do meu cargo por ter agido (...) (contra) ordens que em meu entender são vis e injustas. E assim declaro que darei, sem encargos, um visto a quem quer que o peça. O meu desejo é mais estar com Deus contra o Homem do que com o Homem contra Deus.”

